



EXPEDIENTE
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS - JHC
PREFEITO DE MACEIÓ
RODRIGO SANTOS CUNHA
VICE-PREFEITO DE MACEIÓ
FELIPE RODRIGUES LINS
GABINETE CIVIL DE MACEIÓ – GABCIVIL
JOSÉ JÚNIOR DE MELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E DE SUBPREFEITURAS – SEGOV
MARCOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS – SERF
ELIANE ALBUQUERQUE DE AQUINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO – SECOM
SERGIO TÚLIO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIAS DISRUPTIVAS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SEDCITI
FERNANDO JORGE CABRAL DAVINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PRIMEIRA INFÂNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – SEMDES
LUIZ ROGÉRIO NEVES LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
JOÃO FELIPE ALVES BORGES
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEFAZ
MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO – SEMGE
RODRIGO SANTOS CUNHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA
EDUARDO LUIZ DE PAIVA LIMA MARINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ – SEMSC
CLAYDSON DUARTE SILVA DE MOURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS
CAIO COSTA BELTRÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO, PESCA E AGRICULTURA – SEMAPA
FLÁVIO JOSÉ BALTAR MAIA FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – SEMTES
EDUARDO MONTEIRO VIANNA HENRIQUE SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SEMTUR
SARAH DA SILVA NUNES PONTES
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS E CIDADANIA – SEMUC
JOSÉ EDUARDO ACCIOLY CANUTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE – SEMESP
DAVID RICARDO DE LUNA GOMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PARCERIAS – SAEF
LUCAS ALVES CUNHA CALLADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – SEMHAB
BRIVALDO MARQUES SILVA NETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA – SEMCE
JOÃO LUIS LOBO SILVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO – PGM
JOSÉ DE BARROS LIMA NETO
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO – CGM
MYRIEL CAVALCANTI MELLO NETO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – FMAC
MEIRY SOARES PORCIÚNCULA
AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ – ALICC
MARCELO DE MENDONÇA MACHADO
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MACEIÓ – ARSER
GUILHERME EMMANUEL LANZILLOTTI ALVARENGA
MACEIÓ PREVIDÊNCIA
ANTONIO CARVALHO E SILVA NETO
INSTITUTO DE PESQUISA, PLANEJAMENTO E LICENCIAMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACEIÓ (IPLAM)
ANDRÉ SANTOS DE ALCÂNTARA COSTA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – DMTT
MOACIR TEÓFILO NETO
AUTARQUIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LIMPEZA URBANA – ALURB
GUTENBERG DE MELO BEZERRA
AUTARQUIA MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – ILUMINA
JOÃO HÉLIO PINHEIRO MENDONÇA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO BEM ESTAR ANIMAL – SEBEMA
SABRINA JULIANA LIMA CORDEIRO
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA JUVENTUDE E LAZER – SEJUV
CARLOS PINHEIRO DA COSTA JÚNIOR
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – SEMINC
SERGIO ANTÔNIO ALENCAR GUIMARÃES
COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO – COMARHP
RODRIGO SAMPAIO DE ROSSITER CORRÊA
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL DE MACEIÓ – MACEIÓ DIGITAL

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

MUNICÍPIO DE MACEIÓ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
DECRETO Nº. 10.248 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

REGULAMENTA O ARTIGO 22, INCISO I, DA LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, E DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS PARA PREVENIR OU TERMINAR LITÍGIOS EM DEMANDAS SINGULARES QUE ENVOLVAM O MUNICÍPIO DE MACEIÓ, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Maceió, e tendo em vista o disposto no artigo 22, inciso I, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Maceió (Lei Delegada nº 02/2014),

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Maceió, o procedimento para a celebração de acordos, mediante negociação, destinados a encerrar ações judiciais singulares, ou a prevenir a propositura destas, que envolvam créditos e débitos relevantes do Município de Maceió, suas autarquias e fundações públicas, aperfeiçoando a política de solução consensual de conflitos, em conformidade com o disposto no artigo 22, inciso I, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Maceió.

§1º Para fins deste Decreto, consideram-se demandas singulares os processos judiciais ou administrativos que envolvam débitos ou créditos iguais ou superiores a 3.000 (três mil) salários-mínimos vigentes, além daqueles assim definidos por despacho devidamente fundamentado do Procurador-Geral do Município.

§2º Nas demandas que envolvam obrigações de fazer, não fazer ou dar coisa, cujo valor pecuniário não seja passível de determinação imediata, considerar-se-ão demandas singulares aquelas autorizadas pela autoridade competente, mediante decisão devidamente fundamentada em processo administrativo, com base em estimativa razoável do custo econômico ou do valor patrimonial da obrigação assumida ou renunciada pelo Município.

§3º O procedimento de negociação de que trata este Decreto pressupõe a obtenção de benefícios mútuos para os envolvidos e obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da indisponibilidade do interesse público, da voluntariedade, da autonomia da vontade no âmbito legalmente permitido, da oralidade, da boa-fé objetiva, da busca pelo consenso, da desburocratização e da economicidade processual e financeira, para a garantia de que a solução consensual seja não apenas eficiente, mas também justa e alinhada ao interesse público primário.

§4º A formalização do acordo não implica o reconhecimento jurídico do pedido formulado pela parte adversa, nem o reconhecimento da procedência do direito discutido no litígio, tampouco acarreta a desistência ou renúncia tácita da tese jurídica defendida pelo Município de Maceió em casos análogos ou semelhantes, preservando-se a autonomia da Administração Pública na defesa de seus interesses em outras demandas.

§5º As negociações que envolvam obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa ou incerta são regidas por este Decreto quando resultem, direta ou indiretamente, na assunção de efeitos financeiros ou patrimoniais pelo Município de Maceió, ou quando sua execução

demande a alocação de recursos orçamentários específicos ou a reestruturação de serviços públicos.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - negociação: Técnica de solução de conflitos caracterizada pela busca da autocomposição mediante interlocução direta e dialogada entre os envolvidos ou seus representantes legais, sem a intervenção de um terceiro como mediador, conciliador ou árbitro, visando à construção conjunta de uma solução mutuamente aceitável para a controvérsia existente;

II - negociação preventiva: Modalidade de negociação utilizada com o objetivo precípuo de prevenir a instauração de litígios judiciais ou administrativos, buscando a solução consensual de conflitos potenciais ou já manifestos, antes que se formalizem em demandas formais perante o Poder Judiciário ou órgãos administrativos contenciosos;

III - acordo: Negócio jurídico bilateral resultante do entendimento recíproco e convergente a que chegam as partes envolvidas, por meio do qual se estabelecem concessões mútuas com o fim de eliminar ou prevenir um conflito de interesses a respeito de direitos ou obrigações, podendo versar sobre créditos, débitos, obrigações de fazer, não fazer ou dar coisa, que envolvam o Município de Maceió;

IV - termo de acordo: Instrumento escrito que formaliza o consenso alcançado pelas partes, estabelecendo de forma clara e detalhada as cláusulas, condições, obrigações e direitos pactuados, mediante os quais as partes firmam o acordo, fixam a sistemática de cumprimento das obrigações assumidas e estabelecem as consequências jurídicas e práticas de eventual inadimplemento ou descumprimento;

V - plano de Negociação: Documento normativo interno, aprovado pela autoridade competente no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, que estabelece diretrizes, parâmetros, limites e procedimentos padronizados para a celebração de acordos sobre determinada matéria litigiosa recorrente ou de grande volume, visando conferir uniformidade, celeridade e segurança jurídica às negociações.

Art. 3º A Procuradoria-Geral do Município de Maceió e seus órgãos de execução deverão buscar a resolução dos conflitos de interesses que envolvam o Município, suas autarquias e fundações, sempre que possível e vantajoso para o interesse público, de forma consensual e pela via da negociação, mediante:

I - negociação preventiva, destinada a evitar a judicialização de controvérsias; ou

II - acordo judicial, passível de ser celebrado em qualquer fase do processo judicial, desde a petição inicial até a fase de cumprimento de sentença, inclusive após o trânsito em julgado da decisão judicial, observados os limites legais e a coisa julgada material.

§1º Considera-se acordo judicial para os fins deste Decreto toda autocomposição relativa a processo judicial instaurado, independentemente de as tratativas terem sido conduzidas perante o juízo, em audiência de conciliação ou mediação, ou extrajudicialmente desde que o termo final seja submetido à homologação judicial nos autos do processo correspondente.

§2º O acordo judicial pode, excepcionalmente e desde que devidamente justificado o interesse público e a conexão com o objeto principal do litígio, envolver sujeito estranho à relação processual originária e versar sobre relação jurídica que não tenha sido expressamente deduzida em juízo, nos termos e limites do §2º do art. 515 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015), configurando-se como um título executivo judicial complexo.

§3º Podem ser realizados acordos parciais, que versem apenas sobre parte do objeto do litígio ou sobre capítulos específicos da sentença ou do pedido, permitindo a continuidade do processo em relação aos pontos remanescentes sobre os quais não se obteve consenso, conforme faculta o art. 356 do Código de Processo Civil, aplicável analogicamente.

Art. 4º A resolução consensual dos conflitos poderá englobar, além da negociação relativa ao objeto principal do acordo (crédito, débito, obrigação), a celebração de negócio jurídico processual entre as partes, nos termos e limites estabelecidos pelos artigos 190 e 191 do Código de Processo Civil, visando a adequar o procedimento às especificidades da causa e conferir maior eficiência à tramitação processual ou à fase de cumprimento do acordo.

§1º O negócio jurídico processual poderá versar, exemplificativamente, sobre:

I - definição consensual de um calendário para a prática dos atos processuais relevantes, ajustando os prazos legais às necessidades das partes e do objeto do acordo;

II - alteração da ordem de realização dos atos processuais em geral, inclusive no que concerne à produção de provas periciais, documentais ou testemunhais, desde que não cause prejuízo a terceiros ou viole normas de ordem pública;

III - ampliação ou redução de prazos processuais específicos, quando admitido por lei e justificado pela complexidade da matéria ou pela necessidade de cumprimento de diligências;

IV - estabelecimento de condições e procedimentos específicos para o cumprimento de decisões judiciais interlocutórias ou finais, incluindo a forma de liquidação de valores ou o cronograma de implementação de obrigações de fazer;

V - delimitação consensual das questões de fato e de direito controvertidas que serão objeto de análise judicial, caso o acordo seja parcial, observado o disposto no art. 357, § 2º, do Código de Processo Civil.

§ 2º É vedada a celebração de negócio jurídico processual:

I - em desconformidade com os requisitos e limites estabelecidos nos artigos 190 e 191 do Código de Processo Civil, especialmente quanto à capacidade das partes, ao objeto lícito e à ausência de vulnerabilidade que configure nulidade;

II - cujo cumprimento dependa de ato ou manifestação a cargo de outro órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não seja parte no acordo, salvo se houver prévia e expressa anuência formal deste órgão ou entidade, vinculando-o aos termos pactuados;

III - que preveja a imposição de penalidade pecuniária (multa ou astreintes) em valores ou hipóteses não previstos em lei, contrato ou outro ato normativo aplicável, ou que se mostre desproporcional ou confiscatória;

IV - que viole os princípios constitucionais e administrativos norteadores da Administração Pública, em especial a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência e a indisponibilidade do interesse público.

Art. 5º A celebração de acordo visando a prevenir ou a encerrar processo judicial que envolva o Município de Maceió observará, obrigatoriamente, as seguintes etapas procedimentais mínimas, a serem devidamente documentadas em processo administrativo próprio:

I - exame de probabilidade de êxito das teses jurídicas e fáticas defendidas pelas partes no processo judicial ou na controvérsia administrativa, considerando a jurisprudência aplicável, as provas produzidas ou a produzir e os riscos processuais envolvidos;

II - exame de economicidade do acordo para o Município, comparando os custos e benefícios da solução consensual com os custos e riscos da continuidade do litígio, considerando aspectos financeiros, temporais e sociais;

III - análise de viabilidade jurídica do acordo proposto, verificando a conformidade da minuta com o ordenamento jurídico vigente, a competência dos signatários, a licitude do objeto e a inexistência de óbices legais intransponíveis;

IV - autorização pela autoridade competente, nos termos definidos no Capítulo V deste Decreto e na legislação aplicável, devidamente fundamentada nos exames anteriores e no interesse público;

V - homologação em juízo, exclusiva aos casos que cuidarem de demanda judicializada.

§1º O processo de negociação será conduzido pela Procuradoria Geral do Município, mediante comissão a ser instituída por Ato Normativo próprio, específico para cada processo de negociação, emanado pelo Procurador-Geral.

§2º A comissão mencionada no § 1º anterior será composta, exclusivamente, por Procuradores Municipais, devendo conter, no mínimo, dois Procuradores efetivos e ser presidida pelo Procurador-Geral do Município, que pode, todavia, delegar suas atribuições de coordenação ao Procurador-Geral Adjunto, mediante prévia motivação e ato específico.

§3º No curso do processo de negociação, poderá a comissão negociante solicitar informações e apoio técnico de qualquer servidor, órgão ou secretaria municipal, bem como das Procuradorias

Especializadas, principalmente para elaboração das análises de que tratam os incisos I, II e III do caput.

§4º As análises de que tratam os incisos I, II e III do caput poderão ser objeto de reavaliação e atualização a qualquer tempo, caso ocorram alterações substanciais nas circunstâncias fáticas ou jurídicas do processo judicial, ou caso a proposta de acordo seja modificada significativamente durante as negociações.

CAPÍTULO II DO EXAME DE PROBABILIDADE DE ÊXITO

Art. 6º O exame de probabilidade de êxito consiste na análise técnica e individualizada das teses jurídicas e das questões fáticas utilizadas ou passíveis de utilização pelas partes no processo judicial ou na controvérsia administrativa, com o objetivo de estimar, de forma fundamentada, a possibilidade de manutenção ou reversão das decisões judiciais já proferidas ou a probabilidade de acolhimento das pretensões em caso de julgamento futuro.

§1º O exame de que trata o *caput* deverá, minimamente:

I - abranger todas as teses relevantes e não atingidas pela preclusão, incluídas as questões preliminares (como condições da ação e pressupostos processuais), as prejudiciais de mérito (como prescrição e decadência) e as de mérito propriamente ditas, tanto as suscitadas pelo Município quanto as apresentadas pela parte adversa;

II - indicar, para cada tese analisada, se eventual êxito do Município resultaria na extinção total da pretensão adversária (fulminando o direito pleiteado) ou se apenas postergaria a satisfação do direito, implicando, por exemplo, a necessidade de nova instrução probatória ou a anulação de atos processuais.

§2º A análise deverá considerar a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Segunda Instância vinculados à matéria e, se pertinente, do próprio Juízo ou Turma julgadora onde tramita o feito, bem como a doutrina especializada sobre a espécie.

§3º Deverá ser avaliada a suficiência e a qualidade do conjunto probatório existente nos autos ou potencialmente produzível, tanto para sustentar as teses do Município quanto para refutar as alegações da parte contrária.

Art. 7º A probabilidade de êxito de cada tese relevante ou do conjunto da demanda deverá ser classificada, de forma motivada, como **alta**, **média**, **baixa**, **indefinida** ou **oscilante**, e terá por objeto a análise obrigatória e ponderada dos seguintes parâmetros indicativos, que poderão ser agregados a outros que se mostrem pertinentes ao caso concreto:

I – existência e aplicabilidade de entendimentos já consolidados em Súmulas Vinculantes ou não, teses firmadas em julgamento de recursos repetitivos ou repercussão geral, jurisprudência majoritária das Cortes locais e superiores, pareceres normativos ou orientações jurídicas vinculantes da Procuradoria-Geral do Município;

II - tendência de conclusão de eventuais julgamentos colegiados já iniciados e que se encontrem pendentes por pedido de vista ou adiamento; ou

III - matérias de ordem pública, cognoscíveis de ofício pelo julgador, capazes de fulminar a pretensão ou o processo, especialmente nas hipóteses de incidência de prescrição, decadência, coisa julgada, litispendência, ilegitimidade de parte ou impossibilidade jurídica do pedido;

IV - alegações de cumprimento administrativo da obrigação pleiteada, total ou parcial, ocorridas antes ou durante o curso do processo judicial; e

V - alegações de liquidação da obrigação que resultem em valor igual a zero ou de impossibilidade fática ou jurídica de liquidação da condenação nos termos definidos no título executivo.

VI - consenso ou dissenso significativo no entendimento doutrinário sobre a matéria jurídica discutida, especialmente em questões novas ou controvertidas.

§1º Para os fins do *caput*, considera-se a classificação da probabilidade de êxito:

I - **alta**: Quando os parâmetros indicativos analisados se mostram majoritariamente favoráveis à tese ou à posição processual do Município, indicando uma forte possibilidade de vitória na demanda ou na questão específica;

II - **média**: Quando os parâmetros indicativos se mostram equilibrados, com argumentos e riscos relevantes para ambas as partes, não permitindo um prognóstico claro de vitória ou derrota, mas indicando uma disputa com chances razoáveis para o Município.

III - **baixa**: Quando os parâmetros indicativos analisados se mostram majoritariamente desfavoráveis à tese ou à posição processual do Município, indicando uma forte possibilidade de derrota na demanda ou na questão específica;

IV - **indefinida**: Quando não se verifica a ocorrência de parâmetros indicativos claros ou suficientes para formar um juízo de probabilidade minimamente seguro, seja pela novidade da questão, pela ausência de provas ou pela inexistência de jurisprudência ou doutrina sobre o tema; e

V - **oscilante**: Quando se verifica, em relação aos parâmetros indicativos do *caput*, a existência de posicionamentos jurisprudenciais ou doutrinários divergentes e relevantes, tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao Município, sem que haja uma clara preponderância ou tendência consolidada, tornando o resultado do litígio particularmente incerto.

§2º Se houver precedentes vinculantes ou pareceres normativos da Procuradoria-Geral do Município que definam categoricamente a questão jurídica em favor ou desfavor do Município, a análise de probabilidade de êxito poderá ser simplificada, focando na adequação do caso concreto à hipótese definida no precedente ou parecer, dispensando-se a análise aprofundada dos demais parâmetros, salvo se houver particularidades relevantes que justifiquem a distinção – *distinguishing* – ou a superação – *overruling* – do entendimento.

§3º A classificação da probabilidade de êxito da matéria como **indefinida** ou **oscilante** não afasta, por si só, a possibilidade de existência de economicidade no acordo, podendo, ao contrário, reforçar a conveniência da transação como forma de mitigar riscos e evitar a prolongada incerteza sobre o desfecho da demanda.

CAPÍTULO III DO EXAME DE ECONOMICIDADE DO ACORDO

Art. 8º O exame de economicidade do acordo consiste na avaliação comparativa entre os custos e benefícios da solução consensual proposta e os custos e riscos associados à continuidade do litígio, sob a ótica do interesse público e da gestão eficiente dos recursos municipais, podendo se caracterizar como configurada a economicidade do acordo para o Município, de forma isolada ou cumulativa, quando, por exemplo:

I - o acordo resultar em **redução efetiva no valor estimado** do pedido formulado pela parte contrária ou da condenação judicial provável, considerando não apenas o valor principal, mas também os consectários legais, custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais;

II - o acordo resultar em **condições de pagamento**, como prazo, forma, parcelamento e carência, comprovadamente mais benéficas ou factíveis para a situação financeira e orçamentária do Município, ainda que o valor nominal final seja próximo ao da condenação provável;

III - o acordo resultar na **transferência total ou parcial do ônus** de pagamento ou de cumprimento de obrigação para outra parte corresponsável ou para terceiro interessado que assuma voluntariamente a obrigação, exonerando o Município;

IV - o **custo estimado do prosseguimento do processo judicial**, a exemplo de custos administrativos internos, honorários contratuais, despesas com perícias, risco de majoração da condenação em instâncias superiores, for comprovadamente superior ao custo total do encerramento do litígio por meio do acordo proposto;

V - a **obrigação de fazer ou não fazer** objeto do litígio puder ser cumprida, por meio do acordo, de forma alternativa ou adaptada que se mostre tecnicamente viável e mais favorável aos interesses e às capacidades operacionais do Município; ou

VI - houver relevante e justificado **interesse social** na solução célere e definitiva da controvérsia, como em casos que envolvam políticas públicas essenciais, direitos fundamentais de grande número de cidadãos, ou situações que gerem grave insegurança jurídica ou instabilidade social, cuja manutenção do litígio por tempo prolongado seria mais prejudicial ao bem comum do que a celebração do acordo.

§1º A análise de economicidade de que trata o *caput* será realizada, em regra, pelo órgão setorial da Procuradoria-Geral do Município ou

pelo Procurador do Município responsável pela condução do processo de negociação, podendo, se necessário, solicitar subsídios aos setores técnicos e financeiros da Prefeitura ou da entidade envolvida.

§2º O interesse social relevante de que trata o inciso VI do *caput*, quando invocado como fundamento principal ou determinante para a economicidade do acordo, deverá ser expressa e fundamentadamente justificado pela Secretaria Municipal cuja área de competência estiver diretamente afeta ao assunto objeto do litígio, ou pelo Gabinete do Prefeito, demonstrando concretamente os benefícios sociais advindos da solução consensual antecipada.

§3º O exame de economicidade levará em consideração, de forma integrada e ponderada:

I - o juízo de probabilidade de êxito do Município na demanda, conforme análise realizada nos termos do Capítulo II deste Decreto, ante a sua influência no risco financeiro atinente ao litígio;

II - a perspectiva média de duração do processo de conhecimento até que haja decisão definitiva de mérito transitada em julgado, bem como o tempo estimado para a respectiva fase de cumprimento de sentença ou execução, considerando o impacto da demora na atualização dos valores e na efetividade da prestação jurisdicional.

§4º A redução do valor estimado de que trata o inciso I do *caput* deve ser calculada considerando não apenas o eventual deságio obtido sobre o valor principal pleiteado ou condenado, mas também outros elementos que impactam o custo final para o Município, tais como a adoção de critérios de incidência de atualização monetária e de juros moratórios mais favoráveis à Fazenda Pública do que os usualmente aplicados judicialmente, a renúncia a honorários advocatícios pela parte contrária, ou a economia com custas e despesas processuais futuras.

§5º Nas hipóteses que envolverem obrigação de fazer e não fazer, o exame de economicidade do acordo deverá, sempre que possível, aferir os custos despendidos ou economizados pelo Município.

§6º Em razão das peculiaridades do caso, a comissão responsável poderá determinar que a análise da viabilidade jurídica preceda o exame de economicidade do acordo.

CAPÍTULO IV DA ANÁLISE DE VIABILIDADE JURÍDICA DO ACORDO

Art. 9º A análise de viabilidade jurídica do acordo consiste na verificação minuciosa da conformidade da proposta de transação com o ordenamento jurídico pátrio, objetivando identificar se existem óbices legais, constitucionais ou normativos que impeçam a sua formalização ou homologação.

§1º Durante a análise de viabilidade jurídica, deverão ser solicitados subsídios técnicos, informações ou manifestações formais aos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal diretamente interessados ou afetados pelo objeto do acordo, caso tais elementos sejam necessários para aferir a legalidade, a exequibilidade ou as implicações práticas do compromisso a ser assumido pelo Município.

§2º O acordo que inclua o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer de natureza não eminentemente pecuniária, a exemplo de realização de obras, prestação de serviços específicos, alteração de zoneamento, emissão de licenças, dentre outras, deverá ser obrigatoriamente precedido de manifestação técnica expressa e fundamentada do órgão público municipal responsável pela execução da medida, atestando a viabilidade técnica, operacional, orçamentária e administrativa do cumprimento do compromisso nos termos propostos no acordo, sob pena de inviabilizar juridicamente o acordo nesta parte.

§3º Realizados os estudos a que se refere este artigo, a comissão responsável emitirá sua manifestação quanto à viabilidade jurídica do acordo, podendo concluir pela:

- a) **viabilidade total** do acordo, quando a proposta se mostrar integralmente compatível com o ordenamento jurídico;
- b) **viabilidade parcial** do acordo, quando apenas parte das cláusulas propostas for juridicamente admissível, indicando-se os pontos que necessitam de ajuste ou supressão; ou
- c) **inviabilidade jurídica** do acordo, quando a proposta, em seu todo ou em seu núcleo essencial, contrariar normas cogentes, princípios fundamentais ou a ordem pública, ou quando faltarem requisitos essenciais de validade do negócio jurídico.

§4º A análise de viabilidade jurídica deverá abranger, entre outros aspectos:

- a) a capacidade das partes e a regularidade da representação processual ou administrativa;
- b) a licitude e a possibilidade física e jurídica do objeto do acordo;
- c) a competência do órgão jurisdicional para homologar o acordo, se for o caso;
- d) a observância das normas de direito financeiro e orçamentário, especialmente quanto à necessidade de prévio empenho para as despesas assumidas, se aplicável;
- e) a inexistência de renúncia a direitos indisponíveis ou de transação sobre matéria que não admita autocomposição;
- f) a conformidade com eventuais Planos de Negociação existentes para a matéria.

§5º Caso a análise técnica conclua fundamentadamente que o acordo proposto é juridicamente inviável, total ou parcialmente, o processo administrativo de negociação será arquivado ou devolvido para readequação da proposta, sendo, na hipótese de inviabilidade total e definitiva, tal conclusão comunicada formalmente:

I - ao órgão jurisdicional competente, por meio de petição nos autos, quando se tratar de proposta de acordo apresentada no curso de demanda judicial; ou

II - diretamente ao requerente ou à parte adversa, por meio de ofício ou notificação, quando se tratar de pedido administrativo de negociação preventiva ou de proposta formulada extrajudicialmente.

CAPÍTULO V DA AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 10. Em cumprimento ao disposto no artigo 22, inciso I, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Maceió, fica delegado ao Procurador Geral do Município o poder de autorizar a celebração de transações judiciais e extrajudiciais em demandas definidas como singulares, que envolvam o Município de Maceió, suas autarquias e fundações públicas.

I - quando o litígio envolver quitação de valores diretamente pelo tesouro municipal, sem submissão ao sistema de pagamento por precatório, a celebração do acordo dependerá também de **autorização expressa do Secretário Municipal de Fazenda**;

II - quando o litígio versar sobre ato, contrato ou interesse específico de **entidade da Administração Indireta Municipal**, deverão ser observadas, primeiramente, as suas respectivas regras internas sobre autorização de acordos judiciais e extrajudiciais, se existentes e estabelecidas em seus estatutos ou normativos próprios; adicionalmente, e cumulativamente, a celebração do acordo dependerá também de **autorização expressa do dirigente máximo da entidade envolvida**;

§1º A autorização para celebrar o acordo deverá ser formalizada no processo administrativo correspondente, de forma clara, expressa e fundamentada nas análises de probabilidade de êxito, viabilidade jurídica e economicidade, bem como no atendimento ao interesse público.

§2º A competência para autorizar a celebração de acordos definida neste artigo não se confunde com a competência para assinar o respectivo termo de acordo, a qual poderá ser do próprio Procurador-Geral, de Procurador do Município por ele delegado, ou da autoridade que detiver a representação legal do Município ou da entidade envolvida, conforme o caso e os normativos aplicáveis.

Art. 11. A autorização prévia do Prefeito, mencionada no artigo 22, *caput*, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município, considera-se suprida por este Decreto, sem prejuízo da possibilidade de o Prefeito avocar a decisão final em casos de alta relevância ou determinar, por ato próprio, a necessidade de sua anuência específica para determinadas matérias ou faixas de valor adicionais.

CAPÍTULO VI DO PROCEDIMENTO PARA EXAME DE PROPOSTA DE ACORDO E PARA RESPECTIVA ASSINATURA E HOMOLOGAÇÃO

Seção I Da instrução processual e da confidencialidade

Art. 12. Os processos administrativos e as manifestações internas que veiculam as tratativas de negociação, as análises de probabilidade de êxito, viabilidade jurídica e economicidade, bem como as estratégias de atuação consideradas pela Procuradoria-Geral do Município **não poderão ser disponibilizados a terceiros ou à parte adversa**, resguardando-se o sigilo necessário à defesa dos interesses do Município, fundamentada a confidencialidade no princípio geral estabelecido no art. 166 do Código de Processo Civil para a mediação e conciliação, aplicável analogicamente à negociação direta, e na prerrogativa do sigilo profissional e da estratégia de atuação judicial do advogado público, nos termos do art. 7º, incisos II e XIX, da Lei Federal n. 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

§1º É **vedada** a juntada de cópia integral ou de informações detalhadas sobre as análises internas de conveniência e oportunidade aos autos de processo judicial, bem como a reprodução do conteúdo específico das notas técnicas, pareceres e despachos proferidos nos processos administrativos que examinaram o interesse do Município na celebração do acordo, devendo a petição que submete o acordo à homologação limitar-se a apresentar o termo final pactuado e a requerer a sua homologação, sem expor as razões internas que levaram à sua aceitação.

§2º O procedimento interno de análise do acordo deverá ser classificado como sigiloso no âmbito da tramitação interna do Município, com proibição de acesso inclusive à parte negociante, até a conclusão do acordo ou arquivamento do procedimento.

Art. 13. Uma vez iniciadas formalmente as tratativas de negociação com o objetivo de prevenir ou encerrar o litúgio mediante acordo, as partes envolvidas, caso considerem necessário para garantir um ambiente de confiança e segurança para a troca de informações e propostas:

I - poderão assinar um **termo de confidencialidade** específico, comprometendo-se reciprocamente a manter sigilo absoluto em relação a todas as informações, documentos e propostas reveladas ou produzidas exclusivamente no curso do procedimento de negociação, que não poderão ser divulgados ou utilizados para quaisquer fins diversos daqueles estritamente relacionados à busca do consenso, salvo por expressa autorização mútua das partes ou por determinação legal; e

II - poderão requerer conjuntamente ao juízo competente a **suspensão do curso do processo judicial** e dos respectivos prazos processuais, pelo prazo necessário às tratativas, nos termos do art. 313, inciso II, do Código de Processo Civil, a fim de viabilizar a negociação sem a pressão dos prazos e atos processuais iminentes.

Art. 14. O processo administrativo que veicula as tratativas de negociação e subsidia a decisão sobre a celebração do acordo deverá ser instruído, minimamente, com as seguintes peças e informações, organizadas de forma lógica e cronológica:

I - **proposta inicial de acordo**, formalizada por meio de requerimento da parte interessada, petição conjunta nos autos judiciais, ata de audiência de conciliação/mediação, minuta apresentada por uma das partes, ou documento análogo que contenha os termos essenciais da oferta;

II - **documentos que fundamentam a proposta de acordo**, tais como planilhas de cálculo, laudos técnicos, comprovantes de pagamentos parciais, contratos, atos administrativos questionados, entre outros pertinentes ao objeto da negociação;

III - **cópia das peças principais dos autos da demanda judicial**, caso esta exista e não esteja disponível em meio eletrônico de fácil e integral acesso à autoridade signatária e aos órgãos de controle (ex: petição inicial, contestação, sentença, acórdão, decisões relevantes, certidão de trânsito em julgado, se houver);

IV - **parecer técnico conclusivo elaborado pelo órgão de cálculos** da Procuradoria ou da Secretaria designada, quando o acordo envolver valores pecuniários complexos ou controversos, atestando a correção dos cálculos apresentados ou elaborando a memória de cálculo que servirá de base para o acordo;

V - **outros documentos ou informações** que possam auxiliar o exame da conveniência e oportunidade do acordo, inclusive manifestações técnicas ou informações prestadas pelos órgãos da Administração Municipal diretamente envolvidos com o objeto do litúgio (conforme art. 9º, §2º);

VI - **manifestações jurídicas escritas** do Procurador do Município responsável, contendo o exame de probabilidade de êxito das teses do Município, a análise de viabilidade jurídica do acordo e o exame de economicidade do acordo para o Município, conforme detalhado nos Capítulos II, III e IV deste Decreto, ressalvada a dispensa prevista no art. 7º, §2º;

VII – ao final, e se for o caso de conclusão positiva das análises anteriores, a **decisão fundamentada da autoridade competente, autorizando** a celebração do acordo nos termos propostos ou com as modificações indicadas.

Seção II

Do termo de acordo

Art. 15. O Termo de Acordo, instrumento que formaliza a transação judicial ou extrajudicial, deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes cláusulas essenciais, sem prejuízo de outras que se façam necessárias em razão das especificidades do caso concreto:

I - **qualificação completa das partes** (nome ou denominação, CNPJ/CPF, endereço) e de seus respectivos representantes legais ou procuradores constituídos nos autos, com indicação dos poderes para transigir;

II - **identificação precisa do objeto do acordo**, descrevendo a obrigação principal (pagamento, fazer, não fazer, dar) e, quando for o caso, o número do processo judicial ou administrativo ao qual se refere, bem como a demanda ou o direito que está sendo transacionado;

III - **breve fundamentação jurídica** que justifique a legalidade e a conveniência da transação para o interesse público, podendo remeter às análises constantes do processo administrativo correspondente;

IV - **identificação clara dos beneficiários** diretos do acordo, especialmente em ações coletivas ou que envolvam múltiplos interessados;

V - **valor exato do acordo**, se houver obrigação pecuniária, discriminando o principal, juros, correção monetária e eventuais descontos ou deságios concedidos, bem como a data base para cálculo e atualização;

VI - **forma detalhada de cumprimento da(s) obrigação(ões)** assumida(s) pelas partes, incluindo prazos, condições, local de pagamento ou de execução, eventual parcelamento (indicando o número, valor e vencimento das parcelas, e os critérios de atualização e mora em caso de inadimplemento), e a quem compete a prática dos atos necessários ao cumprimento;

VII - **cláusula expressa de renúncia recíproca**, pelas partes transigentes, a quaisquer outros direitos, ações, pretensões, compensações ou indenizações, de qualquer natureza, que tenham origem na mesma causa de pedir ou no mesmo fato gerador que deu ensejo à demanda judicial ou à controvérsia objeto do acordo, nos termos do art. 487, inciso III, alínea 'c', do Código de Processo Civil, conferindo quitação ampla e geral quanto ao objeto transacionado;

VIII - **cláusula de desistência expressa**, pela parte que moveu a ação (autor, exequente, recorrente), de eventuais recursos pendentes de julgamento e de outras ações individuais ou coletivas que tenham o mesmo objeto ou a mesma causa de pedir da demanda que se encerra pelo acordo, bem como de eventuais pedidos ou procedimentos administrativos correlatos ainda em tramitação;

IX - **cláusula de autorização prévia para reposição ao Erário**, na qual a parte que recebe valores do Município em virtude do acordo declara estar ciente e autoriza, de forma irrevogável, a compensação ou a devolução de quaisquer valores caso se constate, posteriormente, que tenha recebido ou venha a receber os mesmos valores, ou parte deles, em duplicidade (por exemplo, em outra ação judicial, via administrativa ou precatório já expedido) ou de forma indevida por erro material ou de cálculo não percebido no momento do acordo;

X - **definição clara sobre a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais** remanescentes e dos **honorários advocatícios sucumbenciais**, especificando se cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos, se haverá isenção, ou se o Município ou a parte contrária assumirá a integralidade dessas verbas, observadas as normas legais aplicáveis e os limites da transação, observada a premissa de que a responsabilidade pelos honorários contratuais é sempre da parte que contratou seu advogado, salvo disposição expressa em contrário no acordo.

§ 1º Nos acordos que envolvam pagamento parcelado de débitos pelo Município, deverá constar cláusula especificando o índice de correção monetária e a taxa de juros moratórios aplicáveis às parcelas vincendas e às parcelas pagas em atraso.

§ 2º Nos acordos em que o Município for credor e conceder parcelamento do débito à parte contrária, deverá constar cláusula prevendo que o inadimplemento de qualquer parcela, após notificação para purgação da mora em prazo razoável, implicará o vencimento antecipado do saldo devedor remanescente, acrescido dos encargos moratórios pactuados (multa, juros, correção monetária e honorários advocatícios pré-fixados), autorizando o Município a instaurar ou prosseguir com a execução judicial pelo valor integral do saldo em aberto.

Seção III

Da assinatura do acordo e de sua homologação em juízo

Art. 16. O Termo de Acordo, após cumpridas todas as etapas procedimentais e obtida a autorização da autoridade competente nos termos do Capítulo V, será firmado, alternativamente:

I – pelo Prefeito do Município, ou

II - pelo Procurador-Geral do Município; ou

III - pelo Procurador do Município a quem o Procurador-Geral houver delegado expressamente poderes para representar o Município em juízo ou para firmar acordos, nos limites da delegação; ou

IV - pela(s) autoridade(s) que tiver(em) a representação legal específica do Município ou da entidade da Administração Indireta para o ato, conforme dispuser a Lei Orgânica, o estatuto da entidade ou ato normativo específico, sempre com a assistência e o referendo técnico da Procuradoria-Geral do Município.

§1º A assinatura do Termo de Acordo pela autoridade competente vincula o Município aos termos pactuados, gerando direitos e obrigações exigíveis entre as partes.

§ 2º Não terá validade jurídica alguma o Termo de Acordo formalizado ou assinado sem a participação do representante da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 17. O Termo de Acordo é o ato que formaliza a pactuação firmada entre as partes.

§ 1º Nas negociações preventivas, a assinatura do Termo impõe plena e imediata validade e eficácia a seu conteúdo, obrigando as partes reciprocamente.

§ 2º Nos acordos judiciais, o Termo de Acordo deverá ser levado aos autos por petição conjunta das partes ou pela Procuradoria-Geral do Município, requerendo-se ao juiz a sua homologação e a consequente extinção do processo com resolução de mérito, com base no art. 487, inciso III, alínea 'b', do Código de Processo Civil.

§ 3º A decisão homologatória constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 515, inciso II, do Código de Processo Civil, permitindo o início da fase de cumprimento de sentença em caso de inadimplemento.

§ 4º A submissão do acordo à homologação judicial é ato obrigatório nos casos de acordos celebrados em processos judiciais já em curso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber e com as adaptações necessárias, às negociações e acordos relativos a ações judiciais propostas e a recursos interpostos pelas entidades da administração direta ou indireta que tenham sido legalmente sucedidas pelo Município de Maceió em seus direitos e obrigações, bem como àqueles que envolvam órgãos municipais ou entidades autárquicas e fundacionais extintas, cujas atribuições tenham sido absorvidas por outras estruturas da Prefeitura.

Art. 19. Os casos omissos ou as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo Procurador-Geral do Município, que poderá expedir atos normativos complementares para detalhar os procedimentos aqui estabelecidos.

Art. 20. Os acordos realizados com base no presente Decreto, quando efetuados sobre demandas já judicializadas, deverão observar o

sistema de quitação por precatório estabelecido pelo art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Art. 21 As disposições desse Decreto não se aplicam às hipóteses previstas no regramento geral fixado pelos Decretos Municipais nºs 9.913/2024 e 9.997/2025, ressalvada a possibilidade de declaração individual de singularidade indicada no art. 1º, §1º.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 30 de janeiro de 2026.

JHC

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:0EF3A30F

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ PORTARIA Nº.393 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, HUDSON WEST ARAGÃO NUNES, para o cargo em comissão de **Assessor de Apoio II**, Símbolo **DAS-2**, CPF nº. **104.991.534-80**, dentre os cargos de **LIVRE DESIGNAÇÃO**, vinculados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:IN6ONONMRORO

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ PORTARIA Nº.394 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MARTA CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE, para o cargo em comissão de **Assessor de Apoio II**, Símbolo **DAS-2**, CPF nº. **275.414.708-05**, dentre os cargos de **LIVRE DESIGNAÇÃO**, vinculados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:IN6ONONM4LOO

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ PORTARIA Nº.395 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MAIKEL RANYERI MARQUES DE MELO, para o cargo em comissão de **Assessor Técnico I**, Símbolo **DAS-3**, CPF nº. **027.525.594-88**, dentre os cargos de **LIVRE DESIGNAÇÃO**, vinculados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:IN6ONONM4IN8

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 386 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 12700.6112.2026**, **fundamentado no PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA**, ocupante do cargo de assistente social, sob a matrícula de nº 17695-8, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar - SEMDES**, pelo prazo de **06(seis) meses**, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2006 a 2016, **devendo retornar às suas atividades após 180(cento e oitenta dias) dias, a partir de 30 de Janeiro de 2026.**

JHC

Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA

Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:C1339FF9

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 387 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 13000.136712/2025**, **fundamentado no PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **MARIA QUITÉRIA DA SILVA PEDROSA**, ocupante do cargo de Subinspetor sob a matrícula de nº 928546-6, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Segurança Cidadã - SEMSC**, pelo prazo de **03(três) meses**, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2011 a 2016, **devendo retornar às suas atividades após 90(noventa) dias a contar do dia 01 de fevereiro de 2026.**

JHC

Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA

Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:3A80044F

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 388 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 5800.1007.2026**, **fundamentado no PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **CACILDA ANDRÉA DOS SANTOS SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, sob a matrícula de nº 17080-1, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, pelo prazo de **03(três) meses**, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2001 a 2006, **devendo retornar às suas atividades após 90(noventa) dias a contar do dia 2 de fevereiro de 2026.**

JHC

Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA

Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:989DE410

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 389 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 5800.139231/2025**, **fundamentado no PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **SANDRA MARIA MAGALHÃES VILLELA CARNEIRO**, ocupante do cargo de Médico – Generalista, sob a matrícula de nº 18503-5, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, pelo prazo de **06(seis) meses**, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2007 a 2017, **devendo retornar às suas atividades após 180(cento e oitenta) dias a contar do dia 02 de fevereiro de 2026.**

JHC

Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA

Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:96529B81

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 390 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E

PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 13000.134914/2025**, fundamentado no **PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **MARIA JOSÉ DA SILVA SANTOS**, ocupante do cargo de Guarda Municipal, sob a matrícula de nº 17551-0, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Segurança Cidadã - SEMSC**, pelo prazo de 03(três) meses, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 1996 a 2001, **devendo retornar às suas atividades após 90(noventa) dias a contar do dia 01 de fevereiro de 2026**.

JHC
Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:B153E397

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ **PORTARIA Nº. 391 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 5800.112162.2025**, fundamentado no **PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **ANA PAULA FIGUEIRÔA DE MOURA TENÓRIO DE CARVALHO**, ocupante do cargo de MEDICO / PEDIATRA, sob a matrícula de nº 945177- 3, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, pelo prazo de 03(três) meses, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2014-2019, **devendo retornar às suas atividades após 90(noventa) dias a partir do dia 02 de fevereiro de 2026**.

JHC
Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:89152680

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ **PORTARIA Nº. 392 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de Nº 13000.131597/2025**, fundamentado no **PARECER PA/PGM nº. 29/2024**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** à servidora pública municipal, **ROSANE SANTOS DE OMENA**, ocupante do cargo de Guarda Municipal, sob a matrícula de nº 17803-9, pertencente ao Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de**

Segurança Cidadã - SEMSC, pelo prazo de 03(três) meses, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2001 a 2006, **devendo retornar às suas atividades após 90(noventa) dias a contar do dia 02 de fevereiro de 2026**.

JHC
Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:A6DB35A9

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ **PORTARIA Nº. 396 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de nº. 6500.48546/2025**, fundamentado no **PARECEER PA/PGM nº 542/2023**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, a servidora pública municipal, **CONNY ALIDA GUNTHER**, ocupante do cargo de Professor – Ciências, sob a matrícula de nº 926947-9, pertencente ao **QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**, pelo prazo de 12(doze) meses, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2005 a 2025, **devendo retornar às suas atividades após 360(trezentos e sessenta) dias a contar do dia 02 de fevereiro de 2026**.

JHC
Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:842B324A

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ **PORTARIA Nº. 397 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO DE MACEIÓ - SEMGE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas por força da Lei Orgânica Municipal, conforme dicção do art. 55, inc. VII, e parágrafo único, tendo em vista o inteiro teor do **Processo Administrativo de nº. 6500.24902/2024**, fundamentado no **PARECEER PA/PGM nº 542/2023**,

RESOLVE, com fulcro no art. 88 e parágrafo único do art. 89, da Lei Municipal nº. 4.126/1992, **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, a servidora pública municipal, **ANDRÉA CRISTINA DA SILVA**, ocupante do cargo de Merendeira, sob a matrícula de nº 933286-3, pertencente ao **QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**, pelo prazo de 09(nove) meses, relativamente ao período aquisitivo compreendido entre 2008 a 2023, **devendo retornar às suas atividades após 270(duzentos e setenta) dias a contar da data de publicação da Portaria**.

JHC
Prefeito de Maceió

MARY ANNE DE SOUZA ROCHA
Secretária Municipal Interina de Gestão de Pessoas e Patrimônio – SEMGE

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:C229F72E

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 398 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e de acordo com o **Processo Administrativo nº. 12700.135474/2025**, e a **Resolução CMDCA nº. 0139/2025**,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Conselheiro Tutelar o Primeiro Suplente da Região Administrativa II, **Sr. THIAGO RODRIGO DOS SANTOS CHAVES**, para assumir a titularidade do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição da Conselheira Tutelar, **Sra. MARIA EUNICE CERQUEIRA DE OLIVEIRA BARBOSA**, em razão de **LICENÇA MÉDICA**, retroagindo pelo período de **25 de Novembro de 2025 à 07 de Dezembro de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:B74B722B

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 399 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Pedido, **LUIZ MÁRIO LIMA SILVA JÚNIOR**, do cargo em comissão de **Assessor Especial II**, Símbolo **DAS-6**, CPF nº. **007.657.734-14**, vinculado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, de **LIVRE DESIGNAÇÃO**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:903FC7B4

ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ
PORTARIA Nº. 400 MACEIÓ/AL, 30 DE JANEIRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, **LUIZ MÁRIO LIMA SILVA JÚNIOR**, para o cargo em comissão de **Assessor Executivo I**, Símbolo **NES-1**, CPF nº. **007.657.734-14**, dentre os cargos de **LIVRE DESIGNAÇÃO** vinculados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E PATRIMÔNIO - SEMGE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC
Prefeito de Maceió

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:F834F57A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE
CONTRATO Nº. 006/2025.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO BILÍNGUE, PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E CREDENCIAMENTO DE LOTAÇÃO, VISANDO A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS**, por intermédio da **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para o cargo de professor para educação bilíngue, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e a Lei Municipal nº 6.054/2011, e

CONSIDERANDO, a Portaria de nº 018/2026, que homologou os resultados finais do Edital nº. 006/2025 – Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor para educação bilíngue, para contratação de profissionais para atuarem no âmbito das unidades de ensino da Rede Municipal de Maceió.

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**, de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, em plena conformidade com os termos legais, vem por meio deste:

TORNAR PÚBLICO:

A **CONVOCAÇÃO** dos candidatos relacionados no ANEXO I deste Edital, devidamente classificados no Edital nº. 006/2025 – Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor para educação bilíngue, para formalização de contrato temporário, sob regime administrativo nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 6.054/2011, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ/AL-SEMED**, nos termos previsto neste Edital.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no **ANEXO I** deste edital deverão comparecer no dia e horário apontado no mesmo anexo, junto à Coordenação de Gestão de Pessoas - CGGP, localizado na sede da Secretaria Municipal de Educação de Maceió-SEMED, situada à Rua General Hermes, nº. 1.199 – Bairro: Cambona, Maceió/AL – CEP Nº. 57.017-201, munidos do documento original de identificação com foto dentro do prazo de validade, objetivando a apresentação dos originais dos documentos declarados e anexados via **Upload** no ato da declaração dos títulos, nos termos do item 8.5 do Edital nº. 006/2025 – Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor para educação bilíngue, para validação.

I. O candidato que no ato da contratação deixar de apresentar o original do documento para validação, ou apresentar documento incompatível com aquele anexado no formulário de título, será automaticamente **ELIMINADO** do processo seletivo;

II. Em hipótese alguma será permitido a apresentação de cópia autenticada como comprovação dos originais para a validação constante no item 1.1 deste Edital.

1.2. Para efeito de formalização do contrato, é obrigatória a apresentação de cópia legível e autenticada por servidor responsável, dos seguintes documentos:

- a)** Documento de identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia;
- b)** Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- c)** Cartão ou Extrato do PIS/PASEP/NIT (esse documento deve ser retirado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil e o NIT no app meu INSS);

- d) Carteira de Trabalho Profissional – CTPS;
- e) Comprovante de Residência atualizado;
- f) Comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista ou documento equivalente, se do sexo masculino;
- h) Declaração de acumulação ou não de cargos em funções públicas – Modelo ANEXO II deste edital;
- i) Comprovação da Escolaridade exigida, através de Diploma devidamente reconhecido pelo MEC;
- j) Registro no conselho de classe com comprovação de quitação e regularidade profissional conforme o caso.

k) O candidato convocado por meio desta Portaria deverá apresentar, obrigatoriamente, conta salário no BRB.

1.3. Os documentos emitidos pela internet deverão apresentar o endereço eletrônico e o código de acesso para confirmação de sua autenticidade, sob pena de serem desconsiderados.

1.4. Quando o nome do candidato for diferente do constante dos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

1.5. A não apresentação, no prazo estipulado, dos documentos estabelecidos na convocação, eliminará o candidato do processo seletivo.

1.6. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina os itens 1.1 e 1.2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico “original” identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado, observado o item 6.9 do Edital Nº. 006/2025 – Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor para educação bilíngue.

1.7. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para formalização do contrato, poderá fazê-lo por procurador, legalmente habilitado, sendo que, o procurador, no ato da escolha, além da procuração, deverá apresentar o documento de identidade com foto.

1.8. A procuração deverá ser elaborada de acordo com os termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 654 do código civil, inclusive quanto ao reconhecimento da firma.

1.9. Os poderes conferidos ao procurador restringem-se apenas à escolha de vaga e à formalização do contrato, não cabendo, em hipótese alguma, conferi-lhes a assunção do exercício.

1.10. A desistência ou o não comparecimento do candidato no momento da escolha para lotação e formalização do contrato implicará na sua desclassificação automática do processo seletivo.

1.11. A desistência da escolha para lotação e formalização do contrato será documentada pela Comissão e assinada pelo candidato desistente caso esteja presente

2. DA ESCOLHA PARA LOTAÇÃO

2.1. As vagas disponíveis para escolha destinam-se à contratação por tempo determinado, pelo período máximo de 12 (doze) meses.

2.2. A escolha para lotação dos candidatos CLASSIFICADOS ocorrerá em estrita observância a ordem de classificação, conforme carência existente na rede municipal de ensino, observado as Regiões Administrativas relacionadas no item 2.3 do Edital Nº. 006/2025 – Processo Seletivo Simplificado para o cargo de professor para educação bilíngue e as vagas disponíveis.

2.3. Assinada a ficha de escolha de vaga pelo candidato, não será permitida, em hipótese alguma, desistência ou troca da vaga escolhida, sob qualquer pretexto.

2.4. O candidato passará por exame admissional em clínica especializada agendada pela SEMED, para comprovar estar apto a exercer as funções ao qual foi contratado.

2.5. A classificação do(a) candidato(a) com deficiência não garante a ocupação da vaga reservada às Pessoas com Deficiência, devendo ainda, quando convocado, se necessário, submeter-se à **Avaliação Psicossocial** que será promovida pela Prefeitura Municipal de Maceió/AL.

2.5.1. A compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência apresentada pelo candidato será, também, avaliada durante a realização da Avaliação Psicossocial.

3. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

3.1. Após cumpridos os requisitos de contratação e escolha, os contratos serão encaminhados por meio do e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, devendo o candidato após recebimento

do contrato realizar a sua assinatura digital pela plataforma GovBR, e devolvê-lo pelo e-mail recebido, devidamente assinado em até 24(vinte e quatro) horas após o seu recebimento.

3.2. O candidato que não enviar por e-mail o contrato nos termos estabelecidos nos itens 3.1 e 3.2 deste edital, terá seu contrato considerado nulo e sem efeitos.

4. DO EXERCÍCIO

4.1. Dada a contratação, o contratado deverá apresentar-se imediatamente ao local de trabalho determinado, com a validação da Gerência Técnica de Registro e Movimentação de Pessoal, devendo assumir as atribuições e responsabilidades do cargo e consequentemente será atestada pela Direção da Unidade Educacional à qual ficará subordinado.

4.2. Fica estabelecido que 1/3 (um terço) do total de candidatos convocados nesta portaria será destinado à composição de reserva técnica, condicionada ao comparecimento de todos os convocados no prazo estipulado.

Maceió/AL, 30 de Janeiro de 2026.

LUIZ ROGÉRIO NEVES LIMA

Secretário Municipal de Educação/SEMED

ANEXO I – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E RESPECTIVO DIA E HORÁRIO DA ENTREGA DE DOCUMENTOS E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE – 1ª Chamada

DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 02/02/2026

HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00

1. ANA CLARA MENDONÇA DOS SANTOS SILVA

2. ADEANE SANTOS SANTANA

3. ANGÉLICA ALVES TEIXEIRA DE MELO

4. CAYO VICTOR CAVALCANTE DE VASCONCELOS

5. KELLE CRISTINA CAVALCANTE DE ANDRADE

6. NATHALIE TENÓRIO DE BARROS FARIAS

7. STEPHANNY SUZAN C. TOMAZ DE PAULA

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador: 24054141

AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ – ALICC

**SÚMULA DO TERMO DO CONVÊNIO DE PATROCÍNIO DE
Nº. 003/2026. / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.
1500/133944/2025.**

DAS PARTES: O MUNICÍPIO DE MACEIÓ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – FMAC e o INSTITUTO CULTURAL BLOCO CARNAVALESCO PINTO DA MADRUGADA.

DO OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objeto o patrocínio para o BLOCO CARNAVALESCO PINTO DA MADRUGADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ÓRGÃO: 028 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL; UNIDADE: 001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL; CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA: 13.392.0025.2004 – FOMENTAR À CULTURA; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.85 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA – PATROCÍNIO.

DO VALOR: O Valor do presente Termo do Convênio de Patrocínio é de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

DO PRAZO: O presente Convênio vigorará a partir do dia do evento, que ocorrerá dia **07 de Fevereiro de 2026**, com término após 30(trinta) dias, podendo ocorrer sua prorrogação em caso de adiamento.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 26 de Janeiro de 2026.

Maceió/AL, 30 de Janeiro de 2026.

SILVANA MARIA MACÁRIO MOURA

Diretoria Técnica de Gestão de Contratos, Convênios e Atas/ALICC
Matrícula nº. 974328-6

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:638B7E5A

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 1.372 MACEIÓ/AL, 30 DE
JANEIRO DE 2026.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2026.

AUTOR(A): COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PARECER
DEFINITIVO EMITIDO NO ÂMBITO DO
PROCESSO LEGISLATIVO Nº. 10290050/2025,
RELATIVO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ,
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2019.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ** faz
saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto
Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o parecer definitivo emitido pelo Vereador Neto
Andrade, designado pela Comissão de Finanças, Orçamento e
Fiscalização Financeira – CFOFF, no âmbito do processo legislativo
instaurado nesta Casa, sob o nº 10290050/2025, que concluiu pela
rejeição das contas prestadas pela Prefeitura Municipal de Maceió,
relativas ao exercício financeiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 30 de Janeiro
de 2026.

CHICO FILHO
Presidente

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:C7926509

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO Nº. 001/2024.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PSS
– SEMED MACEIÓ, PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E CREDENCIAMENTO DE
LOTAÇÃO, VISANDO A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS**, por intermédio da **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PSS/2023**, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e a Lei Municipal nº 6.054/2011, e

CONSIDERANDO, a Portaria de nº 047/2024, que homologou os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2023, para contratação de profissionais para atuarem no âmbito das unidades de ensino da Rede Municipal de Maceió.

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**, de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, em plena conformidade com os termos legais, vem por meio deste:

TORNAR PÚBLICO:

A **CONVOCAÇÃO** dos candidatos relacionados no **ANEXO I** deste Edital, devidamente classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2023, para formalização de contrato temporário, sob regime administrativo nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 6.054/2011, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIÓ/AL-SEMED**, nos termos previsto neste Edital.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no **ANEXO I** deste edital deverão comparecer no dia e horário apontado no mesmo anexo, junto à Coordenação de Gestão de Pessoas - CGGP, localizado na sede da Secretaria Municipal de Educação de Maceió-SEMED, situada à Rua General Hermes, nº. 1.199 – Bairro: Cambona, Maceió/AL – CEP Nº. 57.017-201, munidos do documento original de identificação com foto dentro do prazo de validade, objetivando a apresentação dos originais dos documentos declarados e anexados via Upload no ato da declaração dos títulos, nos termos do item 8.5 do Edital de PSS, para validação.

I. O candidato que no ato da contratação deixar de apresentar o original do documento para validação, ou apresentar documento incompatível com aquele anexado no formulário de título, será automaticamente **ELIMINADO** do processo seletivo;

II. Em hipótese alguma será permitido a apresentação de cópia autenticada como comprovação dos originais para a validação constante no item 1.1 deste Edital.

1.2. Para efeito de formalização do contrato, é obrigatória a apresentação de cópia legível e autenticada por servidor responsável, dos seguintes documentos:

- a)** Documento de identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia;
- b)** Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- c)** Cartão ou Extrato do PIS/PASEP/NIT (esse documento deve ser retirado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil e o NIT no app meu INSS);
- d)** Carteira de Trabalho Profissional – CTPS;
- e)** Comprovante de Residência atualizado;
- f)** Comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
- g)** Certificado de Reservista ou documento equivalente, se do sexo masculino;
- h)** Declaração de acumulação ou não de cargos em funções públicas – Modelo ANEXO II deste edital;
- i)** Comprovação da Escolaridade exigida, através de Diploma devidamente reconhecido pelo MEC;
- j)** Registro no conselho de classe com comprovação de quitação e regularidade profissional conforme o caso.
- k)** O candidato convocado por meio desta Portaria deverá apresentar, obrigatoriamente, conta salário no BRB.

1.3. Os documentos emitidos pela internet deverão apresentar o endereço eletrônico e o código de acesso para confirmação de sua autenticidade, sob pena de serem desconsiderados.

1.4. Quando o nome do candidato for diferente do constante dos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

1.5. A não apresentação, no prazo estipulado, dos documentos estabelecidos na convocação, eliminará o candidato do processo seletivo.

1.6. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina os itens 1.1 e 1.2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico “original” identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado, observado o item 6.9 do Edital de PSS/2023.

1.7. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para formalização do contrato, poderá fazê-lo por procurador, legalmente habilitado, sendo que, o procurador, no ato da escolha, além da procuração, deverá apresentar o documento de identidade com foto.

1.8. A procuração deverá ser elaborada de acordo com os termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 654 do código civil, inclusive quanto ao reconhecimento da firma.

1.9. Os poderes conferidos ao procurador restringem-se apenas à escolha de vaga e à formalização do contrato, não cabendo, em hipótese alguma, conferi-lhes a assunção do exercício.

1.10. A desistência ou o não comparecimento do candidato no momento da escolha para lotação e formalização do contrato implicará na sua desclassificação automática do processo seletivo.

1.11. A desistência da escolha para lotação e formalização do contrato será documentada pela Comissão e assinada pelo candidato desistente caso esteja presente

2. DA ESCOLHA PARA LOTAÇÃO

2.1. As vagas disponíveis para escolha destinam-se à contratação por tempo determinado, pelo período máximo de 12 (doze) meses.

2.2. A escolha para lotação dos candidatos CLASSIFICADOS ocorrerá em estrita observância à ordem de classificação, conforme carência existente na rede municipal de ensino, observado as Regiões Administrativas relacionadas no item 2.3 do edital de PSS e as vagas disponíveis.

2.3. Assinada a ficha de escolha de vaga pelo candidato, não será permitida, em hipótese alguma, desistência ou troca da vaga escolhida, sob qualquer pretexto.

2.4. O candidato passará por exame admissional em clínica especializada agendada pela SEMED, para comprovar estar apto a exercer as funções ao qual foi contratado.

2.5. A classificação do(a) candidato(a) com deficiência não garante a ocupação da vaga reservada às Pessoas com Deficiência, devendo ainda, quando convocado, se necessário, submeter-se à **Avaliação Psicossocial** que será promovida pela Prefeitura Municipal de Maceió/AL.

2.5.1. A compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência apresentada pelo candidato será, também, avaliada durante a realização da Avaliação Psicossocial.

3. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

3.1. Após cumpridos os requisitos de contratação e escolha, os contratos serão encaminhados por meio do e-mail cadastrado pelo candidato no ato da inscrição, devendo o candidato após recebimento do contrato realizar a sua assinatura digital pela plataforma GovBR, e devolvê-lo pelo e-mail recebido, devidamente assinado em até 24(vinte e quatro) horas após o seu recebimento.

3.2. O candidato que não enviar por e-mail o contrato nos termos estabelecidos nos itens 3.1 e 3.2 deste edital, terá seu contrato considerado nulo e sem efeitos.

4. DO EXERCÍCIO

4.1. Dada a contratação, o contratado deverá apresentar-se imediatamente ao local de trabalho determinado, com a validação da Gerência Técnica de Registro e Movimentação de Pessoal, devendo assumir as atribuições e responsabilidades do cargo e consequentemente será atestada pela Direção da Unidade Educacional à qual ficará subordinado.

4.2. Fica estabelecido que $\frac{1}{3}$ (um terço) do total de candidatos convocados nesta portaria será destinado à composição de reserva técnica, condicionada ao comparecimento de todos os convocados no prazo estipulado.

Maceió/AL, 30 de Janeiro de 2026.

LUIZ ROGÉRIO NEVES LIMA

Secretário Municipal de Educação/SEMED

ANEXO I – RELAÇÃO DE CANDIDATOS E RESPECTIVO DIA E HORÁRIO DA ENTREGA DE DOCUMENTOS E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

LEGENDA:

AC1 – Ampla Concorrência

PPP2 – Pretos e Pardos

PcD3 – Pessoa com Deficiência

PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO – 47ª chamada

DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 03/02/2026

HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---------------------------------------|--------------------|----------|
| 1070º | 023567 | KARLA KARINNE BARROS DE OLIVEIRA | 22/02/1975 | AC¹ |
| 1071º | 015907 | GILSON DOS SANTOS SANTANA | 09/03/1975 | AC¹ |
| 1072º | 013886 | MARIA JOSÉ VERÔNICA FERREIRA | 28/03/1975 | AC¹ |
| 1073º | 010114 | ANDREA REGINA XAVIER FERREIRA | 25/04/1975 | AC¹ |
| 1074º | 002370 | JOELMA SANTOS MARTINS BEZERRA | 27/04/1975 | AC¹ |
| 1075º | 022042 | ROSIVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA | 08/05/1975 | AC¹ |
| 1076º | 003528 | MARIA JOSE SOUZA DE ARAUJO | 10/05/1975 | AC¹ |
| 1077º | 012955 | CHARLES DE GAULLE VIANA DE SOUZA | 30/06/1975 | AC¹ |
| 1078º | 009555 | JOSETE JOVENTINO DA SILVA DE OLIVEIRA | 12/08/1975 | AC¹ |
| 1079º | 022920 | VALÉRIA MOREIRA DO NASCIMENTO | 31/10/1975 | AC¹ |
| 1080º | 012308 | ANDREA GALVAO DA SILVA | 10/11/1975 | AC¹ |
| 1081º | 019795 | ROSIVALDO JOSÉ DOS SANTOS | 13/11/1975 | AC¹ |
| 1082º | 028579 | JOELMA FERREIRA MARTINS DA ROCHA | 18/11/1975 | AC¹ |
| 1083º | 022185 | MARIA ENES CORREIA DA SILVA | 23/11/1975 | AC¹ |
| 1084º | 027145 | ALDIONE GENELI NOBRE | 22/12/1975 | AC¹ |
| 1085º | 018501 | QUITÉRIA LÓZ FERREIRA | 23/12/1975 | AC¹ |
| 1086º | 016364 | MARDEN TIDNEY DA SILVA | 27/01/1976 | AC¹ |
| 1087º | 023940 | LIGIA DE SOUSA TAUMATURGO | 29/03/1976 | AC¹ |

| | | | | |
|-------|--------|--|------------|-----|
| 1088º | 018492 | PATRICIA LOPES ROCHA LINS | 05/04/1976 | AC¹ |
| 1089º | 010523 | MARLUCE SABINO DA SILVA | 04/05/1976 | AC¹ |
| 1090º | 014156 | ADRIANA ALEXANDRINA SANTOS DA SILVA | 26/05/1976 | AC¹ |
| 1091º | 020265 | NAIRA ASSUNÇÃO AGUIAR | 15/06/1976 | AC¹ |
| 1092º | 023825 | MERCIA CRISTINA CIPRIANO DOS SANTOS | 01/07/1976 | AC¹ |
| 1093º | 023785 | SILVANETE LIAO BARBOZA | 03/07/1976 | AC¹ |
| 1094º | 015627 | MARCIA MARINA DA SILVA | 27/07/1976 | AC¹ |
| 1095º | 028842 | WELISANGELA DE MELO VIEIRA | 10/08/1976 | AC¹ |
| 1096º | 012472 | VALQUIRIA NASCIMENTO LIMA | 22/08/1976 | AC¹ |
| 1097º | 019639 | CRISTIANE PATRICIA REGO DE OLIVEIRA LINS | 22/08/1976 | AC¹ |
| 1098º | 006059 | ADRIANA MARIA VASCONCELOS RODRIGUES | 16/09/1976 | AC¹ |
| 1099º | 022666 | ANA CECILIA VERAS MARINHO MENEZES | 17/10/1976 | AC¹ |
| 1100º | 009985 | ELLIGENIE TEIXEIRA BEZERRA MATIAS | 02/11/1976 | AC¹ |
| 1101º | 009271 | RIZOLENE DOS SANTOS | 11/11/1976 | AC¹ |
| 1102º | 011419 | JOSÉ LEONARDO DA SILVA JUNIOR | 08/12/1976 | AC¹ |
| 1103º | 003989 | MARIA REGINA SILVA FRAGOSO | 28/12/1976 | AC¹ |
| 1104º | 004262 | CARINA CARDOSO BITENCOURT | 02/02/1977 | AC¹ |
| 1105º | 011884 | CLAUDIO MANUEL COSTA DOS SANTOS | 07/02/1977 | AC¹ |
| 1106º | 002484 | OVERLAN VERÇOSA PARANHOS PRADO | 02/03/1977 | AC¹ |
| 1107º | 001159 | MARIA APARECIDA PEREIRA | 25/03/1977 | AC¹ |
| 1108º | 026112 | GILVANETE MARIA DOS SANTOS | 02/04/1977 | AC¹ |
| 1109º | 020572 | MARIA VALDENETE SANTANA PONTES DE SOUZA | 05/04/1977 | AC¹ |
| 1110º | 024289 | MARIA DO CARMO FRANCA DA SILVA | 15/05/1977 | AC¹ |
| 1111º | 011843 | MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SANTOS | 09/06/1977 | AC¹ |
| 1112º | 027185 | ANDREIA FORTUNATO DE ARAUJO GALVÃO | 08/07/1977 | AC¹ |
| 1113º | 000284 | ADILENE DE FRANÇA LUNA | 07/08/1977 | AC¹ |
| 1114º | 008821 | MARIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA | 13/08/1977 | AC¹ |

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 03/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|--|--------------------|----------|
| 611º | 000518 | 611º SAMARA SOCORRO DOS SANTOS | 13/03/1999 | AC¹ |
| 612º | 010245 | 612º SANDRA ARAÚJO VASCONCELOS BELO DA SILVA | 09/01/1971 | AC¹ |
| 613º | 012707 | 613º WERICA DOS SANTOS GOMES | 04/02/1990 | AC¹ |
| 614º | 003370 | 614º ELIEGE SANTOS DA PENHA | 03/08/1980 | AC¹ |
| 615º | 023444 | 615º KETY LUCY FERREIRA DA SILVA | 03/10/1983 | AC¹ |
| 616º | 005232 | 616º NATHALIA DA SILVA DIAS | 07/12/1993 | AC¹ |
| 617º | 023557 | 617º JULIANA DE FÁTIMA LEITE GOUVEIA | 19/08/1978 | AC¹ |
| 618º | 006916 | 618º MARIA LUCIANA CIPRIANO | 04/05/1981 | AC¹ |
| 619º | 020798 | 619º MARCIA LETICIA DE LIMA SILVA | 30/11/1991 | AC¹ |
| 620º | 000584 | 620º MANUELLA SOUZA DE OLIVEIRA PEREIRA | 07/07/1984 | AC¹ |
| 621º | 006488 | 621º FLORIZA DE ABREU FEITOSA | 16/04/1994 | AC¹ |
| 622º | 023939 | 622º ENELÇA MENEZES DOS SANTOS | 07/01/1965 | AC¹ |
| 623º | 012845 | 623º LUCIVÂNIA CECILIA DA SILVA SANTANA | 03/12/1979 | AC¹ |
| 624º | 025904 | JOSÉ FEITOSA DA SILVA NETO | 01/09/1983 | AC¹ |
| 625º | 024707 | ROSECLEIDE ALEXANDRE | 20/11/1983 | AC¹ |
| 626º | 018117 | MARIA APARECIDA DA SILVA | 01/06/1984 | AC¹ |
| 627º | 024464 | MAIRA CINTHYA TORRES SANTOS CAVALCANTE | 23/07/1985 | AC¹ |
| 628º | 023732 | CARLA ALANE ALBUQUERQUE CAVALCANTE | 12/12/1985 | AC¹ |
| 629º | 011933 | KEYLA MORGANNA DE ALMEIDA ARAUJO | 11/06/1992 | AC¹ |
| 630º | 022109 | ANDREZA TENORIO DA SILVA | 17/05/1994 | AC¹ |
| 631º | 023938 | MARIA TATIANE SILVA CORREIA | 09/01/2000 | AC¹ |
| 632º | 014719 | VANESSA SEIXAS VIEIRA | 09/01/1985 | AC¹ |
| 633º | 028820 | IRIS MEDEIROS DE ALENCAR | 09/12/1986 | AC¹ |
| 634º | 024809 | EMMANUELLE SUSANE LIMA BEZERRA | 29/08/1989 | AC¹ |
| 635º | 028513 | MARIANNA DE ALMEIDA MEDEIROS | 25/01/1993 | AC¹ |
| 636º | 019817 | MEIRE JANE VERÇOSA PRAZERES TEIXEIRA | 19/10/1977 | AC¹ |
| 637º | 011955 | MARIA VITÓRIA SILVA DE LIMA | 16/09/1996 | AC¹ |
| 638º | 017246 | ROSILANE DA SILVA CAVALCANTE | 25/10/1996 | AC¹ |
| 639º | 011989 | ELIANE APOLINÁRIO DA SILVA LIRA | 15/04/1968 | AC¹ |
| 640º | 024461 | MARIA SUZANA GOMES DA SILVA | 05/05/1975 | AC¹ |
| 641º | 011404 | DÉBORA SABRINA RODRIGUES DO NASCIMENTO | 26/02/1988 | AC¹ |
| 642º | 027126 | LEIDE FIAMA DOS SANTOS BRAGA | 18/03/1992 | AC¹ |
| 643º | 026282 | MAYRA APARECIDA DE ALBUQUERQUE TRINDADE OLIVEIRA | 13/03/1994 | AC¹ |
| 644º | 028972 | MARIA NADJA MONTEIRO DA SILVA | 12/07/1968 | AC¹ |
| 645º | 011917 | REGINA ALVES PEIXOTO | 25/10/1968 | AC¹ |

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|--|--------------------|----------|
| 158º | 027685 | ILMA IZABEL GAMA ROCHA | 25/09/1974 | AC¹ |
| 159º | 019381 | MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA | 14/11/1957 | AC¹ |
| 160º | 028844 | JULIETTE OLIVEIRA DOS SANTOS | 03/03/1970 | AC¹ |
| 161º | 015349 | BEATRIZ ANDRESA SILVA SANTOS DE MORAIS | 23/09/1984 | AC¹ |
| 162º | 022266 | CLÉCIA GOMES DA SILVA | 01/03/1978 | AC¹ |
| 32º | 011611 | THIAGO CARNEIRO DA SILVA | 13/01/2000 | PPP² |
| 163º | 024220 | LAISE DE SANTANA SOUZA SANTOS | 27/07/1988 | AC¹ |
| 164º | 018033 | GRETSCHÉ THALIA VALANDRO | 20/03/1998 | AC¹ |
| 165º | 011055 | ISAYANA KARLA DE SOUZA CALUMBY | 10/07/1981 | AC¹ |

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|-------------------------|--------------------|----------|
|----------|-----------|-------------------------|--------------------|----------|

| | | | | |
|------|--------|-----------------------------------|------------|------|
| 124° | 019599 | ÉPOLLY THAMARY SANTOS DE OLIVEIRA | 25/10/1992 | AC¹ |
| 125° | 020254 | LUIZ ALVES DA COSTA | 24/02/1955 | AC¹ |
| 126° | 022721 | MÁRCIO LOPES DA SILVA | 07/10/1981 | AC¹ |
| 127° | 023108 | CLAUDINEIDE ROCHA DOS SANTOS | 27/09/1982 | AC¹ |
| 25° | 004241 | LUIZ EMANOEL VIEIRA DA SILVA | 30/07/1982 | PPP² |
| 128° | 005497 | ALAN ALMEIDA SANTOS | 30/07/1998 | AC¹ |
| 129° | 023565 | GIVANILDO OLIVEIRA MARTINS | 13/03/1971 | AC¹ |
| 130° | 018673 | DONIZETE LEITE DA SILVA | 12/04/1976 | AC¹ |

PROFESSOR DE CIÊNCIAS – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|-----------------------------------|--------------------|----------|
| 18° | 013930 | EMANNUEL MESSIAS VIEIRA SANTOS | 25/12/1997 | PPP² |
| 93° | 014218 | KARLA CRISTINA HONÓRIO DOS SANTOS | 25/08/1983 | AC¹ |

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|----------------------------|--------------------|----------|
| 55° | 016878 | RAFAEL DE LIMA SILVA | 02/08/1989 | AC¹ |
| 56° | 021462 | DÉBORA VIEIRA SILVA MELO | 27/10/1974 | AC¹ |
| 57° | 010148 | ELISANGELA DOS SANTOS LIMA | 07/03/1983 | AC¹ |
| 58° | 002210 | CRISTIANE DA SILVA | 13/06/1992 | AC¹ |
| 59° | 006157 | EDGERSON BISPO DA SILVA | 24/07/1974 | AC¹ |

PROFESSOR DE HISTÓRIA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---------------------------|--------------------|----------|
| 72° | 023293 | LYUMARA SANTOS MELO | 14/06/1988 | AC¹ |
| 73° | 012457 | TARSSIA SABINO DOS SANTOS | 14/11/1992 | AC¹ |

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|------------------------------|--------------------|----------|
| 413° | 006880 | GUTTEMBERG COSTA TAVARES | 29/06/1980 | AC¹ |
| 414° | 020877 | ANDRE TADEU DE LIMA LUDOVICO | 24/12/1980 | AC¹ |

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|-------------------------|--------------------|----------|
| 40° | 014581 | MARCONI OLIVEIRA LIMA | 20/03/1975 | AC¹ |
| 41° | 024156 | FERNANDO MENDES FONZAR | 04/05/1976 | AC¹ |
| 42° | 027371 | MARIA JOSÉ DE SALES | 23/04/1977 | AC¹ |

PROFESSOR DE INGLÊS – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|------------------------------------|--------------------|----------|
| 105° | 025175 | DENISE IZIDORO DA SILVA | 21/01/1973 | AC¹ |
| 106° | 023606 | HELIA PATRICIA DOS SANTOS CARVALHO | 16/06/1974 | AC¹ |

PROFESSOR DE ARTE – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 04/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---|--------------------|----------|
| 78° | 020637 | ARYLANNE DE LIMA SILVA | 24/04/1989 | AC¹ |
| 79° | 013648 | ERONILSON FERREIRA DE PAULA | 18/10/1989 | AC¹ |
| 80° | 015730 | GERLANE GUEDES DOS SANTOS | 23/06/1992 | AC¹ |
| 81° | 017222 | ANA BEATRIZ PEREIRA DE OLIVEIRA | 01/09/1992 | AC¹ |
| 82° | 020209 | DAYANE MEDEIROS | 23/02/1993 | AC¹ |
| 83° | 004583 | INGRID KARINE TEIXEIRA GOMES NASCIMENTO | 02/09/1994 | AC¹ |

ASSISTENTE SOCIAL – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 05/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|--|--------------------|----------|
| 3° | 018156 | DELIANE DE ALMEIDA DA SILVA | 15/12/1978 | PCD³ |
| 65° | 008809 | EDYLLA DAMARES DE SOUZA PARANHOS | 07/02/1992 | AC¹ |
| 66° | 016147 | DEUSA MARIA DE ALMEIDA RODRIGUES | 19/05/1978 | AC¹ |
| 67° | 014295 | ALYSON OLÍMPIO DOS SANTOS | 15/08/1989 | AC¹ |
| 68° | 019789 | NEYLE CAMPOS ALMEIDA CORDEIRO DE MENEZES | 17/07/1977 | AC¹ |
| 14° | 019646 | ANA MARIA PEREIRA | 14/11/1973 | PPP² |
| 69° | 014789 | POLYANA PALHARES MARTINS | 27/06/1984 | AC¹ |
| 70° | 026012 | TAINAH NATALY DOS SANTOS | 08/04/1988 | AC¹ |
| 71° | 023299 | MANOELA MOREIRA DA SILVA | 05/10/1964 | AC¹ |

NUTRICIONISTA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 05/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---------------------------------|--------------------|----------|
| 30º | 025667 | BÁRBARA ISADORA BARROS DE SOUZA | 20/08/1994 | AC¹ |
| 31º | 27222 | MARYO LUIZ DA CUNHA | 08/01/1989 | AC¹ |
| 32º | 019042 | LUISA ELVIRA CAVAZZANI DUARTE | 01/10/1994 | AC¹ |
| 33º | 023174 | PRISCILA DE LIMA ALVES | 04/03/1990 | AC¹ |

PSICÓLOGO – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 05/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---|--------------------|----------|
| 90º | 000650 | ELEANOR DA SILVA BARROS | 02/08/1983 | AC¹ |
| 91º | 010941 | RAUL SANTOS BRITO | 21/08/1989 | AC¹ |
| 92º | 016966 | PATRICIA BANDEIRA SILVA BARROS | 04/05/1980 | AC¹ |
| 6º | 010941 | RAUL SANTOS BRITO | 21/08/1989 | PCD³ |
| 93º | 019655 | KÁTIA ANDRÉA SILVA DOS SANTOS | 07/03/1978 | AC¹ |
| 19º | 021621 | ANDRESSA CRISLAYNE COSTA SANTOS | 05/02/1990 | PPP² |
| 94º | 004724 | JAINATAN ROCHA DA SILVA | 29/09/1985 | AC¹ |
| 95º | 020173 | ANA GLÁUCIA CORREIA DA SILVA | 09/01/1980 | AC¹ |
| 96º | 003102 | UBIRATÂNIA MARIA AMORIM DE SOUZA RODRIGUES SOARES | 26/09/1962 | AC¹ |
| 97º | 015696 | ALVARO CAMARGO SANT' ANA | 27/10/1990 | AC¹ |
| 98º | 023430 | CAMILA LEAL BARRETO | 22/07/1984 | AC¹ |
| 99º | 000408 | KARYNE EMANNUELLE ALMEIDA MAFRA DE LIMA | 13/09/1979 | AC¹ |
| 100º | 010161 | LEILANE PEREIRA DOS SANTOS CAVALCANTI | 06/09/1991 | AC¹ |

AUXILIAR DE SALA – 47ª chamada**DATA DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS - 05/02/2026****HORÁRIO DE ATENDIMENTO - 08:00 ÀS 14:00**

| Classif. | Inscrição | Nome do(a) Candidato(a) | Data de Nascimento | Situação |
|----------|-----------|---|--------------------|----------|
| 3155º | 026122 | MARIA EDINEIDE VEIEIRA | 08/07/1975 | AC¹ |
| 3156º | 011376 | JANECLEIDE ARAUJO DA SILVA | 13/07/1975 | AC¹ |
| 3157º | 019914 | ARNALDO LAMENHA LINS | 25/07/1975 | AC¹ |
| 3158º | 015371 | ALDINETE MARIA SANTOS | 31/07/1975 | AC¹ |
| 3159º | 016607 | ALINE OLIVEIRA BARROS | 01/08/1975 | AC¹ |
| 3160º | 000386 | MARIA LUCIANA ULISSES DA CRUZ | 02/08/1975 | AC¹ |
| 3161º | 013690 | LUCIANA LINS DOS SANTOS | 08/08/1975 | AC¹ |
| 3162º | 018674 | JERLANDIA BARROS AMORIM | 19/09/1975 | AC¹ |
| 3163º | 018030 | RAQUEL GONÇALVES DA SILVA | 22/09/1975 | AC¹ |
| 3164º | 023042 | ANA MARIA CRISTINA DOS SANTOS | 07/10/1975 | AC¹ |
| 3165º | 020981 | SILEIDE PEREIRA BARBOSA NEVES | 23/10/1975 | AC¹ |
| 3166º | 006580 | MARIA CÍCERA MENEZES DE ARAÚJO | 28/10/1975 | AC¹ |
| 3167º | 024958 | MARIA ENES CORREIA DA SILVA | 23/11/1975 | AC¹ |
| 3168º | 026278 | MARIA DAS DORES DOS SANTOS | 24/11/1975 | AC¹ |
| 3169º | 028408 | KATIA DE OLIVEIRA SANTOS ARAUJO | 25/11/1975 | AC¹ |
| 3170º | 018090 | ALEXANDRE CASSIANO INÁCIO | 30/11/1975 | AC¹ |
| 3171º | 007663 | ALEK SANDRA DOS SANTOS LEAL | 05/12/1975 | AC¹ |
| 3172º | 027610 | MARCIO TENÓRIO DA SILVA | 08/12/1975 | AC¹ |
| 3173º | 014699 | ANDREA DE LIM | 10/12/1975 | AC¹ |
| 3174º | 009975 | ADEILDA SANTIAGO DA SILVA | 12/12/1975 | AC¹ |
| 3175º | 012685 | CELIA MARIA ALVES LUZ | 12/12/1975 | AC¹ |
| 3176º | 000062 | JOSEFA DA SILVA ROBERTO | 14/12/1975 | AC¹ |
| 3177º | 020187 | GLAUCE MARY MAURICIO SILVA | 16/12/1975 | AC¹ |
| 3178º | 028548 | DARLENE MARIA DE OLIVEIRA | 18/12/1975 | AC¹ |
| 3179º | 022726 | JEANE SOARES DE MORAES | 30/12/1975 | AC¹ |
| 3180º | 013204 | MARIA GILSANDRA AMANCIO DE AMORIM | 31/12/1975 | AC¹ |
| 3181º | 023684 | SANDRA CRISTINA DE MENEZES | 17/02/1976 | AC¹ |
| 3182º | 016668 | GENILDA DA SILVA MOURA | 18/02/1976 | AC¹ |
| 3183º | 005008 | JULIANA DOS SANTOS SEIXAS DO NASCIMENTO | 22/02/1976 | AC¹ |
| 3184º | 025205 | ADRIANA ROTONDARO DOS SANTOS | 01/03/1976 | AC¹ |
| 3185º | 018694 | RENATA TENÓRIO CARVALHO | 06/03/1976 | AC¹ |
| 3186º | 009305 | RUTIANY FLAVIA CORREIA CABRAL | 25/03/1976 | AC¹ |
| 3187º | 007833 | ELICELMA RUFINO DA SILVA | 26/03/1976 | AC¹ |
| 3188º | 001441 | LINDOMAR CARLOS CORDEIRO DA SILVA | 01/04/1976 | AC¹ |
| 3189º | 008935 | TÂNIA ALBUQUERQUE DE ALMEIDA | 12/04/1976 | AC¹ |
| 3190º | 000131 | SELDO BEZERRA NOBRE | 14/04/1976 | AC¹ |
| 3191º | 027050 | CACILDA COSTA DE AMORIM | 02/05/1976 | AC¹ |
| 3192º | 003546 | JAQUELINE VENÂNCIO DE SOUZA | 06/05/1976 | AC¹ |
| 3193º | 024475 | MARIA SILVANA FERNANDES ANDRADE | 08/05/1976 | AC¹ |
| 3194º | 006014 | MARIA CÍCERA CONRADO DA SILVA PORFÍRIO | 10/05/1976 | AC¹ |
| 3195º | 002274 | GISETTE GONZAGA DA SILVA | 14/05/1976 | AC¹ |
| 3196º | 003885 | TAYSA FERREIRA MARQUES | 03/06/1976 | AC¹ |
| 3197º | 017452 | DONILA MARIA BENTO RAPOSO | 08/06/1976 | AC¹ |
| 3198º | 002785 | FLÁVIA ALESSANDRA CÂMARA CEZAR | 10/06/1976 | AC¹ |
| 3199º | 024108 | JOSÉ FRANÇA DOS SANTOS | 23/06/1976 | AC¹ |
| 3200º | 007393 | ALINE MIRANDA SPENCER NETO | 25/06/1976 | AC¹ |
| 3201º | 015493 | ARTUZIMARA CAVALCANTE DA SILVA | 30/06/1976 | AC¹ |
| 3202º | 026656 | GERMANA CAVALCANTE DE CAMPOS FERREIRA | 10/07/1976 | AC¹ |
| 3203º | 016535 | JEANE MARIA DOS SANTOS SILVA | 15/07/1976 | AC¹ |
| 3204º | 024301 | MARCO PAIXÃO DA CUNHA | 18/07/1976 | AC¹ |
| 3205º | 026293 | JOSENILDA GLORIA DOS SANTOS | 19/07/1976 | AC¹ |
| 3206º | 006814 | JADILZA DE LIMA SANTOS | 25/07/1976 | AC¹ |
| 3207º | 023856 | MARIA SANDRA DA SILVA VIEIRA | 16/08/1976 | AC¹ |
| 3208º | 016994 | ALEXSANDRO GUSTAVO DE ARAUJO SILVA | 26/08/1976 | AC¹ |
| 3209º | 010905 | CICERA DO NASCIMENTO SILVA | 29/08/1976 | AC¹ |

| | | | | |
|-------|--------|---------------------------------------|------------|-----|
| 3210° | 012880 | JACQUELINE FERREIRA DA SILVA | 31/08/1976 | AC¹ |
| 3211° | 009636 | ANDERSON CARLOS DOS SANTOS | 14/09/1976 | AC¹ |
| 3212° | 006661 | ROSELMA GONZAGA DA SILVA | 21/09/1976 | AC¹ |
| 3213° | 021244 | MARIA BETÂNIA BENTO DE ASSIS | 01/10/1976 | AC¹ |
| 3214° | 002119 | ANA PAULA FARIAS DA CRUZ | 02/10/1976 | AC¹ |
| 3215° | 016583 | LUCIANO TAVARES DA SILVA | 03/10/1976 | AC¹ |
| 3216° | 025363 | MARIA APARECIDA DE LIMA | 05/10/1976 | AC¹ |
| 3217° | 016359 | JOELMA BARROS AMORIM | 06/10/1976 | AC¹ |
| 3218° | 013206 | MARISTELA NASCIMENTO DA SILVA | 07/10/1976 | AC¹ |
| 3219° | 009617 | SANDRA DOS SANTOS | 22/10/1976 | AC¹ |
| 3220° | 022989 | EDILENE MARIA DA SILVA OLIVEIRA | 08/11/1976 | AC¹ |
| 3221° | 004453 | MARIA OLÍVIA BRANDÃO DA SILVA | 26/11/1976 | AC¹ |
| 3222° | 008556 | JOICEANE RODRIGUES DOS SANTOS FEITOSA | 13/12/1976 | AC¹ |
| 3223° | 009728 | ELIANE BALBINO DA SILVA OLIVEIRA | 16/12/1976 | AC¹ |
| 3224° | 013821 | LENICE VIANA MOURA | 30/12/1976 | AC¹ |

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:22D770F3

MAIS POR MENOS

Publicar no diário oficial gera uma economia de até 90% nos custos com publicações. Menos gastos, mais recursos para investir no município.



**PARA
INFORMAÇÕES:**

(82) 3312-5866
diariomaceio@gmail.com